

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

QUADRO PRINCIPAIS ÍNDICES FINANCEIROS

(Em milhares de R\$)	2025	2024	AH%	2024
Receita líquida	1.152.103	1.181.800	1,8%	1.131.800
Lucro Bruto	146.405	166.124	(12,9%)	166.124
Despesas Financeiras	(179.680)	(151.360)	18,7%	(151.360)
Prejuízo	(203.946)	(109.995)	85,4%	(109.995)
EBITDA	45.961	79.878	(42,5%)	79.878
EBITDA Líquida ⁽¹⁾	182.895	207.942	(12,0%)	207.942

QUADRO CONCILIAÇÃO DO EBITDA:

(Em milhares de R\$)	2025	2024
Prejuízo do exercício	(203.946)	(109.995)
Resultado financeiro	179.680	151.360
Imposto de renda e contribuição social	70.227	(24.208)
Depreciação e amortização	70.227	152.127
EBITDA¹	45.961	79.878

QUADRO COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA:

(Em milhares de R\$)	2025	AH%	2024
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	208.795	(14,2%)	243.452
(+) Dívida Bruta²	208.795	(14,2%)	243.452
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(82.890)	(27,1%)	(35.510)
Equivalentes de caixa, caixa restrito e dos títulos e valores mobiliários vinculados	(125.900)	(12,0%)	(107.942)
(1) EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medida não contabilizada divulgada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, em consonância com a Instrução CVM nº 527/12, de 4 de outubro de 2012 ("ICVM 527"), e consiste no lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos e pela depreciação e amortização. (2) Dívida Bruta é representada pela soma dos empréstimos, financiamentos e derivativos (circulante e não circulante), debêntures (circulante e não circulante) e passivos de arrendamento (circulante e não circulante). A Dívida Líquida corresponde à Dívida Bruta deduzida do caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito e dos títulos e valores mobiliários vinculados. A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, líquidas ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possuem significado padronizado. Outras companhias podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Adm apresentamos a reconciliação de Dívida Bruta e Dívida Líquida com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: A receita líquida antes da depreciação e amortização em 2025, incluindo o efeito de juros, foi de R\$ 1.152.103,00, o que representa um incremento de receita foi impulsionado, principalmente, pela entrada em produção de novos projetos, resultado do estreitamento cada vez maior do relacionamento comercial com os principais clientes da Companhia. Vários desses projetos estão direcionados à nova unidade industrial de Capaxava, que já se encontra em plena operação e vem se consolidando como uma das mais modernas fábricas de injeção e pintura plástica do país, posicionada em uma região estratégica. A Plascar apresentou uma queda no EBITDA em 2025, partindo de 7,1% (ou R\$ 79.878) em 2024 para 4% (ou R\$ 45.961) em 2025, resultado este impactado principalmente pela queda do volume de caminhões e pelo aumento de custos de materiais, o que afetou o resultado líquido. Apesar disso, a Companhia manteve uma boa performance no trimestre apresenta uma evolução positiva do EBITDA, de 5,8% (ou R\$ 17.520) no 4T24 para 7,1% (ou R\$ 20.158) no			

PERFIL

Plascar S.A.
A Plascar Participações Industriais S.A. (Bovespa: PLAS3), por meio de sua subsidiária integral Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda., atua no setor automotivo e por meio de atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes plásticas para acabamento interno e externo de veículos automotores, nos mercados originais e de reposição para montadoras do Brasil.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

A Plascar segue apresentando crescimento consistente de forma orgânica desde 2019, quando iniciou um profundo e contínuo processo de reestruturação. A estratégia central deste processo se baseou em quatro pilares: (i) melhoria da gestão e da governança; (ii) austeridade financeira, com foco na renegociação de dívidas e na gestão rigorosa de gastos e custos; (iii) fortalecimento das relações comerciais e aumento de receita por meio da conquista de novos negócios; e, por fim, (iv) esforços para reposicionamento da Companhia com relação à qualidade de seus produtos e eficiência dos processos produtivos. A despeito dos inúmeros contratempos inesperados enfrentados ao longo do período de reestruturação, com destaque para a pandemia e para a extrema elevação da taxa de juros no país, a estratégia adotada vem mostrando resultados positivos, principalmente no que diz respeito ao crescimento da receita, com consequente conquista de participação de mercado. O quadro abaixo demonstra a evolução da receita líquida da Companhia e de seu resultado operacional, expresso através do EBITDA:

ANO	RECEITA LÍQUIDA	EBITDA
2018 ¹	346.821	(85.090)
2019 ^{1,2}	407.550	67.051
2020 ³	369.188	(22.277)
2021 ³	612.684	17.415
2022	848.190	56.482
2023 ⁴	947.129	110.905
2024	1.131.800	79.878
2025	1.152.103	45.961

(1) Impacto pelo efeito da baixa por *impairment*, no montante de R\$ 44.084 em 2018 e R\$ 17.955 em 2019. (2) Efeito positivo de R\$ 85.282 relativo ao registro do crédito referente à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS. (3) Reflexo da pandemia COVID-19, com paradas de produção, quedas de volume e adesão à Transação Individual Junta a PGN. O ano de 2025 foi marcado por grandes desafios, principalmente em razão da queda de volume de produção de caminhões, segmento de alta relevância para a Companhia. Esta queda abrupta de volume de produção gerou impactos muito negativos no resultado, através da menor absorção de custo fixo na planta de Jundiá-SP e do aumento de custos de reestruturação, derivado da redução forçada do quadro de colaboradores nesta unidade. Por outro lado, o segmento de veículos leves apresentou estabilidade e crescimento leve de volume, contribuindo de forma positiva para o resultado da Companhia no período. A Receita Líquida da Companhia em 2025 aumentou 5,1% (sem o efeito de ferramenta) em relação a 2024, crescimento este superior à produção de veículos, que, segundo a ANFAVEA, apresentou aumento de 3,5% no mesmo período. A administração da Plascar segue focando nas medidas definidas como essenciais para continuar impulsionando o crescimento saudável e sustentável da Companhia, que atualmente conta com 2.969 colaboradores, distribuídos em quatro unidades industriais, estrategicamente localizadas em São Paulo e Minas Gerais, além de dois sites de sequenciamento, localizados em São Bernardo do Campo-SP e São José dos Pinhais-PR.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	20.290	31.822	25.900	35.510
Contas a receber de clientes (Nota 7)	-	-	64.130	96.436
Estoque (Nota 8)	-	-	81.684	85.360
Tributos a recuperar (Nota 9)	125	94	3.301	3.966
Outros ativos	-	99	6.646	14.902
20.415	32.015	181.661	236.174	
Não circulante				
Tributos a recuperar (Nota 9)	-	-	33.926	41.255
Depósitos judiciais (Nota 19)	-	-	2.253	1.809
Outros ativos	-	-	-	3
Propriedade para investimento	-	-	8.002	8.092
Imobilizado (Nota 13)	7	7	328.564	314.889
Direito de uso de ativos (Nota 14)	-	-	47.167	60.279
Intangível	7	7	6.565	-
			426.477	426.684

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	-	132.664	127.078
Passivos de arrendamento (Nota 14)	-	-	41.621	33.144
Fornecedores (Nota 16)	-	-	113.658	86.255
Salários, férias e encargos sociais a pagar (Nota 17)	-	-	97.508	82.055
Impostos e contribuições a recolher (Nota 26)	44	48	26.282	6.681
Impostos e contribuições a recolher parcelados (Nota 26)	-	-	166.568	107.393
Adiantamentos de clientes (Nota 18)	-	-	43.325	19.722
Outros passivos (Nota 20)	-	-	18.412	12.713
44	48	661.038	495.741	
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	-	76.131	116.374
Passivos de arrendamento (Nota 14)	-	-	14.994	41.782
Partes relacionadas (Nota 11.b)	42.319	52.037	6.417	7.722
Fornecedores (Nota 16)	-	-	10.158	-
Impostos e contribuições a recolher parcelados (Nota 26)	-	-	361.000	319.940
Provisões para contingências (Nota 19.a)	-	-	24.366	18.074
Provisão para perdas com investimento em controlada (Nota 12)	701.281	499.213	-	-
Outros passivos (Nota 20)	-	-	174.292	182.501
743.600	551.250	670.322	686.393	
743.644	551.298	1.331.360	1.182.134	

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Total do passivo				
Patrimônio líquido (Nota 21)				
Capital social	931.455	931.455	931.455	931.455
Ajustes de avaliação patrimonial	310	306	310	306
Prejuízos acumulados	(1.654.987)	(1.451.037)	(1.654.987)	(1.451.037)
Total do patrimônio líquido	(723.222)	(519.276)	(723.222)	(519.276)
Total do ativo	(723.222)	(519.276)	(723.222)	(519.276)
Total do passivo e patrimônio líquido	20.422	32.022	608.138	662.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldos em 31 de dezembro de 2023	931.455	311	(1.341.047)	(409.281)
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	-	(8)	8	-
Impostos diferidos sobre realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	-	3	(3)	-
Prejuízo do exercício	-	(109.995)	(109.995)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	931.455	306	(1.451.037)	(519.276)
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	-	(7)	7	-
Impostos diferidos sobre realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	-	(3)	3	-
Prejuízo do exercício	-	(203.946)	(203.946)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	931.455	310	(1.654.987)	(723.222)

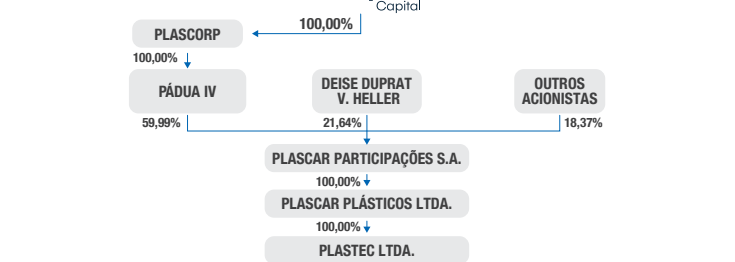
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS
A Plascar Participações Industriais S.A. ("Plascar S.A." ou "Companhia"), com sede na cidade de Jundiá, no Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (PLAS3). A atividade da Companhia está representada pela participação na controlada Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. ("Plascar Ltda." ou "Plascar"), que atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes relacionadas ao acabamento interno e externo de veículos automotores. A Plascar Ltda. possui quatro plantas industriais localizadas nas cidades de Jundiá e Capaxava, no Estado de São Paulo, e Varginha e Betim, no Estado de Minas Gerais, além de dois sites de sequenciamento localizados nas cidades de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, e São José dos Pinhais, no Estado do Paraná. As plantas atuam principalmente no setor automotivo, com foco no atendimento a montadoras de veículos, fornecendo para-choques, spoilers, painéis de instrumentos, difusores de ar, e outras peças plásticas complexas, tanto de interior como de exterior de automóveis e caminhões. A Plascar atua, ainda, na industrialização de produtos não automotivos, como, por exemplo, injeção e montagem de carrinhos de supermercados e máquinas de cartão, atividades que representam menos de 5% do total de ativos, da receita líquida e do resultado líquido consolidados da Companhia. Em 2019, a Companhia passou a ser controlada da Pádua IV Participações S.A., que detém atualmente participação de 59,99% de seu capital. O quadro de acionistas é composto, também, por Deise Duprat Vilela Heller, que detém 21,64% de participação, além de outros acionistas individuais que possuem, em conjunto, 18,37% (vide nota explicativa 2.1.a). A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 12 de março de 2026. **Situação financeira:** Não obstante o crescimento e o avançamento do faturamento verificados nos últimos anos, resultantes principalmente de entrada de novos negócios, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia ainda apresenta excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes, no montante de R\$ 479.377 (R\$ 259.567 em 2024) no consolidado, bem como patrimônio líquido negativo na controladora e no consolidado, no montante de R\$ 723.222 (R\$ 519.276 em 2024). Adicionalmente, a Companhia apresentou prejuízo no exercício corrente e no comparativo, marcando prejuízo acumulado de R\$ 1.654.987 na controladora e no consolidado (R\$ 1.451.037 em 2024). A Companhia ainda necessita de captação recorrente de recursos junto às instituições financeiras para cobrir as necessidades de capital de giro geradas pelo contínuo crescimento da receita. A Administração está atenta às incertezas e desafios do mercado de crédito para a rolagem de seus empréstimos e a captação de novos recursos, em função das incertezas do mercado global. A Administração entende que a Companhia possui plena perspectiva de continuidade operacional e, portanto, utilizou essa base para preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Mesmo com a retração no segmento de caminhões no período, a receita líquida da Companhia apresentou um crescimento de 5,1% em relação ao mesmo período de 2024, marcando um crescimento gradual e consistente nos volumes. Em relação à eficiência operacional, a Companhia buscou ganhos de eficiência operacional, visando à melhoria da rentabilidade, desalavancagem e à gradual reversão dos prejuízos recorrentes apresentados. A Companhia segue implementando com sucesso a estratégia de reestruturação definida com a mudança de gestão em 2019. No entanto, o atual cenário macroeconômico, caracterizado por níveis extremamente elevados de taxas de juros e contração generalizada da oferta de crédito, traz grandes desafios para a Companhia, principalmente no que diz respeito à gestão financeira das demandas geradas pelo crescimento operacional e pela necessidade de investimentos. **Restauração societária e financeira ocorrida em 2020:** Como amplamente divulgado à época, em janeiro de 2019 foi concluído o processo de restauração societária e financeira da Companhia, com a adoção de todas as medidas e societários estabelecidos no plano aprovado pela administração naquela ocasião. Abaixo, indicamos a atual estrutura societária da Plascar:

Mapa



2. SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

O resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas adotadas pela Companhia e suas controladas como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. As principais políticas contábeis preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("TC") e orientações ("OIC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras individuais da Companhia, aqui denominada controladora, estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e apresentadas lado a lado, em um único conjunto de demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CP. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. O uso de tais estimativas e julgamentos pode resultar em diferenças entre o valor contábil e o valor real. O custo histórico não é necessariamente o mesmo que o custo de mercado. O custo de mercado é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. 2.5.5. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatos econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A "provisão para perdas de crédito esperado", é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de clientes e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração avaliação do risco associado às operações e os títulos vencidos há mais de 90 dias, e com base na experiência histórica de perdas sobre recebíveis, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A política da Companhia também considera as perdas de créditos esperadas para os seus recebíveis, sendo essas, o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais esperados e o preço de venda estimado no contrato firmado com os clientes e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. 2.5.6. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial na rubrica "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante. 2.5.7. **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de crédito esperado (o "impairment"). 2.5.8. **Adiantamento de clientes:** O cliente (montadora) adianta parcialmente recursos para Companhia, conforme o andamento do projeto de construção de ferramentas. Esses recursos são liberados de acordo com a conclusão de cada fase do projeto e está previsto no pedido de compra. Em geral esses adiantamentos não coincidem com os respectivos desembolsos para o desenvolvimento dos projetos pela Companhia e não representam o valor integral destes investimentos, o que causa um stress de caixa, principalmente em momentos de crescimento acelerado como o atual. 2.5.9. **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Os termos e condições dos passivos financeiros refletem o saldo em aberto de contas a pagar com fornecedores, com prazo médio de pagamento de 35 dias. 2.5.10. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de deferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo. 2.5.11. **Despesas financeiras:** As despesas financeiras são reconhecidas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Os termos e condições dos passivos financeiros refletem o saldo em aberto de contas a pagar com fornecedores, com prazo médio de pagamento de 35 dias. 2.5.10. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de deferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo. 2.5.12. **Despesas financeiras:** As despesas financeiras são reconhecidas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Os termos e condições dos passivos financeiros refletem o saldo em aberto de contas a pagar com fornecedores, com prazo médio de pagamento de 35 dias. 2.5.10. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de deferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo. 2.5.13. **Despesas financeiras:** As despesas financeiras são reconhecidas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Os termos e condições dos passivos financeiros refletem o saldo em aberto de contas a pagar com fornecedores, com prazo médio de pagamento de 35 dias. 2.5.10. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de deferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo. 2.5.14. **Despesas financeiras:** As despesas financeiras são reconhecidas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Os termos e condições dos passivos financeiros refletem o saldo em aberto de contas a pagar com fornecedores, com prazo médio de pagamento de 35 dias. 2.5.10. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de deferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo. 2.5.15. **Despesas financeiras:** As despesas financeiras são reconhecidas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Os termos e condições dos passivos financeiros refletem o saldo em aberto de contas a pagar com fornecedores, com prazo médio de pagamento de 3

★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 DA PLASCAR PARTICIPAÇÕES INDUSTRIAIS S.A.** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

indicando desta forma, necessidade de *impairment*. Como resultado do teste aplicado, nenhum ajuste de *impairment* se fez necessário em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **2.0. Arrendamentos:** A partir de 2019, a Companhia adotou o CPC 06 (R2)/IFRS16 - Arrendamentos, a Companhia passou a registrar os alugueis futuros descontados a valor presente como passivo de arrendamento. A norma CPC 06(R2)/IFRS 16, que determina que na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também reconhecem o passivo de arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Os arrendadores continuam a classificar todos os arrendamentos em dois tipos: arrendamentos operacionais e financeiros. A Companhia selecionou como método para a adoção inicial a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo de aplicação inicial nos ativos e passivos, sem a representação de períodos comparativos. A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento não transacionado. Isso significa que aplicou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 17/CPC 06 (R1) e a IFRIC 4/ICPC 03. a) **Premissas para o reconhecimento:** A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se o razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. A Companhia reconhece o direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos considerando as seguintes premissas: (i) Inclusão dos custos na base do início da sua vigência, com o valor de direito de uso definido neste momento. (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que os ativos envolvidos em seu novo ativo são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por outros ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas. (iii) Contratos que envolvam o uso de ativos materiais e de baixo valor não são considerados. (iv) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato. (v) A metodologia utilizada na aplicação do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contidas descontadas considerando a taxa de desconto definida para a classe do ativo. (vi) A taxa de desconto utilizada foi de 12,3% ao ano para as operações de imóveis administrativos e galpões industriais em 2025 e 2024. A taxa foi obtida por operações de financiamento para ativos destas classes. As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra no final dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultantes de alteração em índice ou taxa, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência substancial de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo na rubrica de passivo de arrendamentos. O passivo é inicialmente reconhecido pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. A taxa de desconto utilizada é a taxa de juros implícita nos contratos. Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados são arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. A Companhia e sua controlada não atuam como arrendadoras em 31 de dezembro de 2025 e 2024. No 1º trimestre de 2022, foram renovados os contratos de alugueis dos imóveis localizados em Jundiá/SP, Varginha e Betim/MG. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 79.054. A administração considerou como taxa incremental 12,25% para desconto da dívida ao valor presente (AVP). No 2º Trimestre de 2024, foram registrados 3 contratos de alugueis de equipamentos de TI. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 1,25. A taxa incremental utilizada para esses contratos foi de CDI + 3% a.a., para desconto da dívida ao valor presente (AVP) e aditivo contábil de aluguel da unidade de Caçapava-SP. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 6.966. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3% a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP). No 2º Trimestre de 2024, também foi registrado contrato de aluguel de empilhadeiras. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 439. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3% a.a., para desconto da dívida ao valor presente (AVP). No 3º Trimestre de 2024, foi registrado contrato de aluguel de empilhadeiras. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 1,25. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3% a.a., para desconto da dívida ao valor presente (AVP). No 1º Trimestre de 2025, foram registrados 2 contratos de aluguel de computadores. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 463. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3% a.a., para desconto da dívida ao valor presente (AVP). No 2º Trimestre de 2025, foi registrado 1 contrato de aluguel de veículos para frota. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 1.159. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3% a.a., para desconto da dívida ao valor presente (AVP). No 3º Trimestre de 2025, foram registrados 3 contratos de alugueis de empilhadeiras para as plantas de Varginha-MG, Betim e Jundiá/SP. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 20,96. O impacto inicial no ativo e passivo foi de CDI + 3% a.a., para desconto da dívida ao valor presente (AVP). No 4º Trimestre de 2025, foi registrado 1 contrato de aluguel de sistema de bombeamento para a planta de Jundiá/SP. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 865. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3% a.a., para desconto da dívida ao valor presente (AVP).

2.1.0. Provisões para contingências: As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para restituição correspondem multa por descumprimento de obrigações de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. A Companhia aplicou a interpretação IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda e a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia avalia em suas demonstrações financeiras as obrigações tributárias das. **2.1.1. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** Imposto de renda e contribuição social – **correntes:** Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. Na Companhia e sua controlada que adotam o regime de tributação com base no lucro real, o imposto de renda e a contribuição social são calculados observando-se os critérios estabelecidos pela legislação fiscal em vigor. As aplicações de alíquotas reguladas de 15%, acrescidas de alíquotas de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, aplicáveis às companhias que adotam o regime de tributação com base no lucro real. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicada no ano em que o ativo ou passivo for liquidado, com base nas leis em vigor. Os ativos e passivos diferidos que foram promulgadas na data do balanço, os impostos diferidos de ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucro tributário esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e sua controlada não atendiam os critérios acima e, portanto, o imposto diferido ativo foi registrado até a totalidade do imposto de renda passivo, anulando seu efeito. A Companhia registra imposto diferido passivo sobre o custo atribuído do imobilizado e no mesmo montante, registra imposto diferido ativo anulando-se o efeito. (Nota 10). **2.1.2. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida quando o recebimento da receita ocorre, com base nas condições de venda, o que ocorre com a normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida, dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e sua controlada, quando aplicável. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos fluam para a Companhia e suas controladas e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia e sua controlada consideram se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação deve ser atribuída (por exemplo, uma obrigação de entrega de uma quantidade específica de produtos e/ou serviços e/ou materiais, a Companhia e sua controlada consideram os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver). a) **Venda de produtos:** A Companhia fabrica e vende peças e partes plásticas relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotivos. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a controlada efetua a entrega dos produtos para o comprador. A Companhia e sua controlada avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando em caráter de agente, ou finalizando a venda, com base no papel principal em todos os seus contratos de receita. b) **Venda de ferramentas:** A Companhia desenvolve e vende ferramentas para injeção de peças plásticas de acordo com especificação técnica do pedido e modelo do veículo conforme projeto da montadora. No decorrer do desenvolvimento, ocorrem adiantamentos por parte das montadoras para suportar parcialmente os recursos dispendidos. Usualmente o desenvolvimento e venda de ferramenta está atrelado ao fornecimento de peças. As vendas dos ferramentas são reconhecidas quando o projeto esteja aprovado pela montadora e pronto para início de produção. A montadora, por sua vez, emite um contrato de comodato autorizando a utilização do ferramenta, uma vez que se trata de um bem de alto custo. As necessidades de recursos financeiros são avaliadas com base nos termos conforme o prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros. **2.1.3. Propriedades para investimento:** Propriedades para investimento são mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de criação de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas (ou seja, na data em que o receptor obtém o controle) ou quando a propriedade não é mais comercialmente viável para o investidor. Quando o investidor não tem um benefício econômico futuro da sua venda, a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver alteração de uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data de alteração de uso. **2.1.4. Tributos sobre as vendas:** Tributos sobre as vendas Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis fiscais, hipótese em que os tributos sobre vendas reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **2.1.5. Adoção inicial de novas normas e alterações:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar inicialmente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas são consideradas obrigatórias. **Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade • Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.** As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.1.6. Novas normas ainda não efetivas:** As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas não ainda em vigor nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são as seguintes: • **IFRS 18:** Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras; • **IFRS 19:** Subsidiárias sem Responsabilidade Pública; Divulgações; • **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;** • **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11; e • Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais.** A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS
A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões reconhecidos nos períodos subsequentes ao período em que as estimativas são revisadas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas foram seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue: a) Provisão para perdas de créditos esperadas: Nota 2.5.5; b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Nota 2.8; c) Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: Nota 2.9; e d) Provisão para contingências: Nota 2.10.

4. ESTÃO DE RISCO FINANCEIRO
4.1. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. a) **Risco de mercado:** i) **Risco cambial:** A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação aos dólares dos Estados Unidos e do Brasil, decorrente de operações comerciais, ativos e passivos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresenta ativos e passivos em moeda estrangeira decorrentes de operações de importação, exportação e mútuo com partes relacionadas, nos montantes demonstrados a seguir:

	2025	2024
Contas a receber de clientes (Nota 7)	287	405
Fornecedores (Nota 16)	(95)	(40)
Exposição líquida	(665)	(366)

ii) **Risco da fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** A Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros. O risco relativo à taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Impacto no resultado do exercício (1)	
	Cenário I	Cenário II
	+25%	+50%
CDI	13,50%	16,88%
Empréstimos e financiamentos	(22.481)	(25.884)
Arrendamentos a pagar	(5.031)	(5.640)
	(27.512)	(31.524)

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer para os próximos 12 meses o até a data do vencimento dos contratos, o que for menor. Na análise de sensibilidade, a taxa de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no mercado de mercado. As análises de sensibilidade foram preparadas com base na valor da dívida líquida e o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da data em 31 de dezembro de 2025. b) **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre exposições de crédito a clientes de equipamentos originais ("OEM") e reposição/concessionárias ("DSH"), bem como produtos não automotivos, que contempla a injeção e montagem de carrinhos de supermercados e máquinas de cartão, incluindo contas a receber em aberto e empréstimos. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades de alta classificação de risco. Os limites de risco individuais são determinados com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites determinados pela gestão. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A possibilidade da Companhia e sua controlada terem perdas em decorrência de problemas financeiros de seus clientes é reduzida dado ao histórico e porte dos principais clientes (montadoras de veículos e outras empresas de atuação mundial). Entretanto, devido a possíveis oscilações da economia, os referidos clientes podem enfrentar alguma dificuldade em suas atividades e, que se tente mitigar, a Companhia os monitora regularmente. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e sua controlada não tinham nenhuma obrigação a receber de clientes da Categoria B. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as necessidades operacionais das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha capacidade suficiente para atender às previsões operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas estabelecidas em seu plano de longo prazo para garantir a sustentabilidade operacional e a continuidade da operação. d) **Risco de moeda:** A Tesouraria investe eventuais excessos de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para atender as previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantém fundos de curto prazo no montante de R\$ 2.488 (R\$ 3.364 em 2024), que se espera serem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez, além disso, a Companhia monitora as condições macroeconômicas que porventura possam afetar o fluxo de caixa para garantir a sustentabilidade operacional e a continuidade da operação. e) **Risco de crédito:** Os empréstimos em sua maioria são realizados com o fornecedor de crédito de curto prazo, portanto, o risco de crédito decorrente de operações comerciais, ativos e passivos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresenta ativos e passivos em moeda estrangeira decorrentes de operações de importação, exportação e mútuo com partes relacionadas, nos montantes demonstrados a seguir:

	2025	2024
Contas a receber de clientes (Nota 7)	287	405
Fornecedores (Nota 16)	(95)	(40)
Exposição líquida	(665)	(366)

4.2. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	2025	2024
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 15)	208.795	243.452
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(25.900)	(35.510)
Dívida líquida	182.895	207.942
Total do patrimônio líquido	(723.222)	(519.276)
	(540.327)	(311.334)

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA DE VALOR JUSTO E CONTÁBIL
O valor contábil dos principais instrumentos financeiros não diverge dos seus respectivos valores justos, e estão classificados a seguir:

	2025		2024		Mensuração a valor justo
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Consolidado					
Ativos Financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	25.900	25.900	35.510	35.510	Nível 2
Custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 7)	64.130	64.130	96.436	96.436	Nível 2
Depósitos Judiciais	2.253	2.253	1.860	1.860	Nível 2
Outros ativos	8.899	8.899	17.071	17.071	Nível 2
Passivos Financeiros					
Fornecedores (Nota 16)	123.816	123.816	86.255	86.255	Nível 2
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	208.795	208.795	243.452	243.452	Nível 2
Passivos de arrendamentos (Nota 14)	56.615	56.615	74.926	74.926	Nível 2
Partes relacionadas (Nota 11)	6.417	6.417	7.722	7.722	Nível 2
Outros passivos (Nota 20)	213.704	213.704	215.914	215.914	Nível 2

Hierarquia: A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado para cada instrumento. O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • **Nível 1:** Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • **Nível 2:** informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e • **Nível 3:** instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	17.881	28.729	23.412	32.148
Aplicações financeiras	2.409	3.093	2.488	3.364
	20.290	31.822	25.900	35.510

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos realizados com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diárias baixo risco de crédito e remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os recursos são utilizados dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia.

	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Terceiros no país	59.015	83.120	2.287	35
Terceiros no exterior (Nota 4.1)	2.52	30	582	14.339
Contas a receber de feramental no país	64.554	97.494	(424)	(1.058)
Provisão para perdas de crédito esperadas (impairment)	64.130	96.436	-	-

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldos de desconto de duplicatas em seu balanço no montante de R\$ 10.097 (R\$ 7.588 em 31 de dezembro de 2024) e de acordo com as características dos referidos contratos, para melhor apresentação decidiu demonstrar as cifras na rubrica de empréstimos (nota 15), como capital de giro. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a abertura das contas a receber por idade de vencimento era como segue:

	2025	2024
A vencer	57.844	79.591
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	3.503	11.724
De 31 a 60 dias	627	1.758
De 61 a 90 dias	566	370
Há mais de 90 dias	2.014	4.051
	6.710	17.903
	64.554	97.494

O saldo vencido há mais de 90 dias não provisionados em 31 de dezembro de 2025 refere-se à venda de feramental, em fase final de inovações técnicas junto aos clientes no montante de R\$ 1.246 (R\$ 2.992 em 2024), para os quais a administração acredita não haver risco significativo de perda. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas foi como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	(1.058)	(8.355)
Movimento	634	7.297
Saldo final	(424)	(1.058)

6. ESTOQUES
Materiais de manutenção e auxiliares

	2025	2024
Ferramentas e moldes em desenvolvimento destinados à venda	24.983	18.257
Produtos acabados	5.522	8.545
Produtos em elaboração	17.206	17.854
Materiais-primas	29.640	34.657
Importação em andamento	1.447	2.003
Materiais de manutenção e auxiliares	4.252	5.675
Adiantamento a fornecedores	303	1.123
Provisão para perdas nos estoques	(2.069)	(2.754)
	81.684	85.260

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a movimentação da provisão para perdas nos estoques com ajuste a valor de mercado e obsolescência foi como segue:

	2025	2024
Saldos iniciais	(2.754)	(2.480)
Movimento (Nota 24)	685	(274)
Saldos finais	(2.069)	(2.754)

9. TRIBUTOS A RECUPERAR
Credito exclusão de ICMS base de cálculo PIS/COFINS (1)

	2025	2024
ICMS sobre ativo imobilizado - CIAP	31.452	38.377
Outros	3.914	4.772
	1.861	2.072
	37.227	45.221

13. IMOBILIZADO
Edificações

	2025	2024
Edificações	23.430	305.989
Móveis e utensílios	448	488
Máquinas e equipamentos	1.471	24.602
Baixas, líquidas	-	(13.026)
Depreciação	(632)	(32.979)
	24.269	284.586

Em 31/12/2024

	2025	2024
Edificações	4.069	30.690
Baixas, líquidas	(3)	(10)
Depreciação	(1.948)	(33.468)
	26.387	281.798

(1) Referem-se a adiantamentos a fornecedores para aquisição de máquinas e equipamentos para ampliação da capacidade operacional e produtiva das unidades industriais da Companhia, realizados entre 2010 e 2011 para a empresa Sandretto e financiados junto ao BNDES através do programa FINEME/PSI no montante de R\$ 44.084. Do montante registrado, R\$ 36.548 foram adiantados por instituições financeiras e R\$ 7.536 adiantados ao fornecedor com recursos próprios. A Companhia, após detalhe análise junto aos seus assessores jurídicos, decidiu registrar uma perda sobre o valor total em aberto, no montante total de R\$ 44.084 ainda no exercício 2018. A Companhia adotou todas as providências jurídicas possíveis e seguiu buscando seus direitos pela via jurídica. No entanto, a Companhia considera pouco provável a possibilidade do recebimento desses ativos em curto prazo, não obstante a ação judicial continue em andamento. No 2º Trimestre de 2024, a Companhia decidiu baixar a totalidade desses adiantamentos e reverter a provisão de perda no montante de R\$ 44.084. Em 2019, a Companhia registrou *impairment* de R\$ 17.955 referente a máquinas e equipamentos identificados como não operacionais no exercício. Em 2024, a Companhia reverteu R\$ 12.894, alterando para despesa ativos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando o custo e seus valores residuais durante a vida útil estimada, em 31 de dezembro de 2024 e 2025, como segue:

|--|

→ **continuação** **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 DA PLASCAR PARTICIPAÇÕES INDUSTRIAIS S.A.** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

reza trabalhista e previdenciária, cível e tributária que atualmente estão em andamento. O critério adotado pela Companhia para classificação do risco de perda é estimado como “remoto”, “possível” e “provável” e “remoto” indica risco mínimo de perda, “possível” indica risco moderado de perda e “provável” indica risco elevado de perda judicial, cabendo aos assessores legais externos, com auxílio do departamento jurídico da Companhia, analisar detalhadamente cada processo judicial, novo ou em andamento, classificando-os de acordo com suas melhores estimativas de resultado. Referidas classificações de risco são avaliadas mensalmente, podendo ser alteradas sempre que o entendimento do assessor legal indicar essa necessidade. Além disso, todos os processos também recebem atualização monetária mensal, de acordo com os índices legais adotados pelos tribunais, no intuito de refletir a mais precisa a atual situação econômica de cada processo. Para todos os casos em que os assessores legais externos e internos indicam o risco de perda como “provável”, a Companhia constitui provisão individual em montante suficiente para fazer frente ao valor estimado dessa perda, que é devidamente calculado e apurado através de contadoria judicial (no caso do juízo) ou perito-assistente contábil (no caso da Companhia), com base nas sentenças condenatórias e/ou quaisquer outras decisões oriundas de instâncias superiores (grau recursal) que sejam emanadas pelos tribunais e que indicam, sem margem de dúvida, que a Companhia está obrigada a realizar o pagamento em curto prazo, em razão do estágio avançado do processo. Além disso, a Companhia adota como política a realização de provisão mensal dos processos trabalhistas classificados como risco de perda “possível”, para os quais a Companhia estima que serão celebrados acordos judiciais para liquidação e encerramento das reclamações antes de serem iniciadas as fases executórias. Considerando os processos com risco de perda, a Companhia tem provisão total constituída conforme indicado abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
Provisões previdenciárias e trabalhistas	24.366	18.074
	<u>24.366</u>	<u>18.074</u>

A movimentação da provisão para contingências em 31 dezembro de 2025 e 2024, está assim representada:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	18.074	9.343
Adições	17.547	15.933
Pagamentos	(11.255)	(7.202)
Saldo final	<u>24.366</u>	<u>18.074</u>

b) **Estimativa de perdas “possíveis”, não provisionadas no balanço:** Para as demais ações judiciais da Companhia, que tem seu risco de perda classificado pelos assessores legais externos e internos como “possível” ou “remoto”, não há constituição de provisão contábil. Apesar disso, a Companhia reconhece a importância de informar os valores envolvidos nesses processos, como forma de dar conhecimento e informação suficiente ao mercado sobre todas as ações em que a Companhia é parte. Para ações novas, o valor informado pela Companhia leva em consideração o valor dado à causa (valor inicial). À medida que o processo avança, os assessores legais apuram os valores envolvidos em cada processo com maior critério, valorizando cada um deles de forma mais precisa quanto aos valores efetivamente envolvidos, assim como seu risco efetivo de perda. Considerando os processos com risco de perda “possível”, não provisionados, a Companhia informa que os seus valores envolvidos estão assim constituídos:

	Consolidado	
	2025	2024
Tributárias	15.425	12.350
Trabalhistas	34.069	33.383
Cível	1.391	2.059
	<u>50.885</u>	<u>47.792</u>

c) **Ativos contingentes relevantes:** Atualmente, a Plascar Ltda. figura como parte ativa em um processo considerado relevante contra ELETRÓBRAS, cuja sentença foi favorável à Companhia, se encontra em avançado estágio processual, sendo que a Companhia já havia dado início ao processo de execução provisória da sentença, requerendo o pagamento do valor devido. Em julho de 2020, no entanto, por intermédio de seus assessores externos, a Companhia tomou conhecimento de uma suposta cessão de direitos, que teria sido realizado em maio de 2003, pela qual a titularidade e os benefícios econômicos oriundos desse processo seriam cedidos a terceiros. Não tendo identificado internamente elementos que confirmassem tal cessão de direitos, a Companhia se manifestou nos autos, requerendo mais informações sobre o assunto e, neste momento, aguarda manifestação do juízo.

20. OUTROS PASSIVOS

	Consolidado	
	2025	2024
Aluguéis a pagar	184.372	181.846
Credores diversos - acordos firmados ⁽¹⁾	23.187	24.827
Outros passivos	6.145	9.241
	<u>213.704</u>	<u>215.914</u>

	Consolidado	
	2025	2024
Circulante	39.412	33.413
Não circulante	174.292	182.501
	<u>213.704</u>	<u>215.914</u>

(1) Refere-se substancialmente a contrato de confissão de dívida referente operação comercial e reestruturação da dívida com cliente.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia é de R\$ 931.455 dividido em 12.425.418 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	2025 e 2024	
	Quantidade de ações	Participação
Acionistas	7.454.491	60,00%
Pádua IV Participações	2.689.646	21,64%
Deise Duprat	2.281.281	18,36%
Outros acionistas	<u>12.425.418</u>	<u>100%</u>

O preço de emissão das ações foi fixado, sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, considerando as metodologias permitidas pelo artigo 170, § 1º, da Lei das S.A., tendo em vista a situação financeira da Companhia naquele momento, com elevado endividamento e patrimônio líquido negativo. b) **Remuneração aos acionistas - distribuição de dividendos:** De acordo com o Estatuto da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma dos artigos 189 e 202 da Lei nº 6.404/76. Em função dos prejuízos apurados, nenhuma distribuição de dividendos foi realizada em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA EXECUTIVA		DIRETORIA (NÃO ESTATUTÁRIA)		CONSELHO FISCAL	
João Luís Gagliardi Palermo - Presidente do Conselho de Administração		Paulo Silvestri - Diretor Presidente		Daniel Paulo Fossa - Diretor de Operações Industriais		Charles Dimetrius Popoff - Presidente do Conselho Fiscal	
Rafael Gagliardi - Conselheiro		José Donizeti da Silva - Diretor		Valdomiro Campanharo Junior - Diretor Comercial		Maria Gustavo Heller Brito - Conselheiro	
Paulo Alberto Zimath - Conselheiro		Anderson Roveri - Diretor Financeiro		Claudia Cristina Vicente Mathias - Diretora de Recursos Humanos		Luiz Carlos Zavata - Conselheiro	
Antonio Farina - Conselheiro		Diretor de Relações com Investidores					
Michele da Silva G. Torres - Conselheiro							

PARECER DO CONSELHO FISCAL

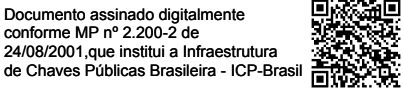
O Conselho Fiscal da **PLASCAR PARTICIPAÇÕES INDUSTRIAIS S.A.**, em reunião realizada no dia 11 de março de 2026, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, contendo o relatório anual da administração e as demonstrações contábeis da Companhia, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração de Valor Adicionado e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, todos devidamente auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Baseado nos exames efetuados, o Conselho Fiscal recomenda, por maioria de votos, que o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras abrangentes referidas acima sejam submetidas à aprovação dos Senhores Acionistas, na Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente realizada.

Charles D. Popoff	Maria Gustavo Heller Brito
--------------------------	-----------------------------------

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administração da **Plascar Participações Industriais S.A.**
 Juandii - SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Plascar Participações Industriais S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Plascar Participações Industriais S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia e sua controlada:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que menciona que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade operacional. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia (consolidado) apresenta passivo circulante superior ao ativo circulante no montante de R\$ 479.377 mil, patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 723.222 mil, prejuízos acumulados no montante de R\$ 1.654.987 mil e prejuízo no exercício no montante de R\$ 203.946 mil. Adicionalmente, a citada nota explicativa descreve as ações colocadas em prática pela administração para o cumprimento das obrigações da Companhia, tais como renegociação junto à credores, incluindo obrigações de natureza fiscal, busca de descontos e melhores prazos de pagamento, além de investimentos em novos projetos com o objetivo de aumentar o faturamento e a margem (além da redução dos custos operacionais). A situação atual dos índices financeiros e as condições descritas na referida nota explicativa indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas não incluem nenhum ajuste ou reclassificação que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto. **Principais Assuntos de Auditoria (PAA):** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Com exceção do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia e sua controlada”, não existem outros principais assuntos de

Os Diretores qualificados declaram que:
 a) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.
 b) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.



Certificado por Editora Globo SA
 04067191000160 Pub: 17/03/2026
 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/17/PLASCAR1588201817032026.pdf>
 Hash: 1773691080d6a50ea49b5f4a27ac04c9f9f1396259

22. RESULTADO POR AÇÃO
 O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito através da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros (prejuízos), básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares, exceto valores por ação):

	2025	2024
Prejuízo básico por ação:		
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(203.946)	(109.995)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	12.425.418	12.425.418
Prejuízo básico por ações - R\$	<u>(16,41)</u>	<u>(8,85)</u>

	Consolidado	
	2025	2024
Receita bruta de vendas	1.440.297	1.424.302
Impostos incidentes sobre vendas	(270.812)	(267.005)
Devoluções e abatimentos sobre vendas	(17.382)	(25.497)
	<u>1.152.103</u>	<u>1.131.800</u>

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (alíquotas de 7%, 12% e 18%), Imposto sobre produtos industrializados - IPI (alíquotas de 5% e 15%), Programa de integração social - PIS (alíquotas de 1,65% e 2,30%), Contribuição para financiamento seguridade social - COFINS (alíquotas de 7,60% e 10,80%).

24. ABERTURA DOS CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA
 A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Consolidado	
	2025	2024
Matéria-prima, insumos, materiais de uso e consumo e gastos com pessoal	(943.762)	(893.305)
Depreciação e amortização	(65.717)	(57.272)
Serviços de terceiros	(48.320)	(54.918)
Fretes	(38.044)	(29.711)
Provisão para perdas de créditos esperadas (Nota 7)	634	7.297
Provisão para nos estoques (Nota 8)	685	(274)
Repactuação fiscal - descontos de multas (Nota 26)	3.891	3.891
Outros	<u>(81.845)</u>	<u>(90.351)</u>
	<u>(1.176.369)</u>	<u>(1.114.643)</u>

	Consolidado	
	2025	2024
Classificados como		
Custos dos produtos vendidos	(1.005.698)	(963.676)
Despesas com vendas	(68.251)	(56.592)
Despesas gerais e administrativas	(106.529)	(100.444)
Outras receitas operacionais, líquidas	4.109	6.069
	<u>(1.176.369)</u>	<u>(1.114.643)</u>

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	2025	2024
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária	(71.369)	(81.790)
Encargos sobre impostos vencidos/parcelados ⁽¹⁾	(97.726)	(63.075)
Repactuação fiscal - descontos de juros (Nota 26)	-	4.427
Ajuste a valor presente de arrendamentos (Nota 14)	(7.353)	(8.270)
Variações cambiais passivas	(554)	(1.871)
IOF	(1.931)	(3.632)
Outros	<u>(3.301)</u>	<u>(3.026)</u>
	<u>(182.234)</u>	<u>(157.237)</u>

	Consolidado	
	2025	2024
Receitas financeiras		
Juros e atualização monetária	-	1.462
Variações cambiais ativas	-	1.065
Outros	-	27
	-	<u>45</u>
	<u>2.554</u>	<u>5.877</u>

Resultado financeiro
 (1) Encargos sobre impostos vencidos e parcelados de PIS/COFINS e ICMS.

26. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2025		Parcelados		Circulante		Não	
	Em aberto	A vencer	Vencidos	A vencer	Vencidos	circulante	circulante	
Transação Individual PGFN	107.400	-	-	12.505	2.899	91.996	-	-
PIS/COFINS/IPI	20.953	3.348	17.605	-	-	-	-	-
ICMS (Regularize - MG)	30.841	-	-	5.782	-	25.059	-	-
ICMS	81.381	3.635	5.389	37.212	8.727	26.418	-	-
Outros	607	607	-	-	-	-	-	-
	<u>241.182</u>	<u>7.590</u>	<u>22.994</u>	<u>55.499</u>	<u>11.626</u>	<u>143.473</u>	-	-
IRRF (Empregados)	10.242	2.899	7.343	-	-	-	-	-
FGTS	6.479	1.879	-	1.373	-	3.227	-	-
INSS (Empresa)	35.510	4.915	19.898	5.278	762	4.657	-	-
INSS (Empregados)	8.708	2.576	6.132	-	-	-	-	-
INSS parcelado Sesi Senai (Empresa)	6.222	-	-	2.148	-	4.074	-	-
Parcelamento Simplificado RFB	298.415	-	-	77.930	11.952	208.533	-	-
	<u>368.576</u>	<u>12.269</u>	<u>33.373</u>	<u>86.729</u>	<u>12.714</u>	<u>220.491</u>	-	-
	<u>587.808</u>	<u>14.384</u>	<u>42.892</u>	<u>142.228</u>	<u>24.340</u>	<u>363.964</u>	-	-
Soma (Empresa)	18.950	5.475	13.475	-	-	-	-	-
Soma (Empregados)	606.758	19.859	56.367	142.228	24.340	363.964	-	-

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA EXECUTIVA		DIRETORIA (NÃO ESTATUTÁRIA)		CONSELHO FISCAL	
João Luís Gagliardi Palermo - Presidente do Conselho de Administração		Paulo Silvestri - Diretor Presidente		Daniel Paulo Fossa - Diretor de Operações Industriais		Charles Dimetrius Popoff - Presidente do Conselho Fiscal	
Rafael Gagliardi - Conselheiro		José Donizeti da Silva - Diretor		Valdomiro Campanharo Junior - Diretor Comercial		Maria Gustavo Heller Brito - Conselheiro	
Paulo Alberto Zimath - Conselheiro		Anderson Roveri - Diretor Financeiro		Claudia Cristina Vicente Mathias - Diretora de Recursos Humanos		Luiz Carlos Zavata - Conselheiro	
Antonio Farina - Conselheiro		Diretor de Relações com Investidores					
Michele da Silva G. Torres - Conselheiro							

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **PLASCAR PARTICIPAÇÕES INDUSTRIAIS S.A.**, em reunião realizada no dia 11 de março de 2026, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, contendo o relatório anual da administração e as demonstrações contábeis da Companhia, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração de Valor Adicionado e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, todos devidamente auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Baseado nos exames efetuados, o Conselho Fiscal recomenda, por maioria de votos, que o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras abrangentes referidas acima sejam submetidas à aprovação dos Senhores Acionistas, na Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente realizada.

Charles D. Popoff	Maria Gustavo Heller Brito
--------------------------	-----------------------------------

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além

|--|